

PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO COMO POSSIBILIDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

Erisvelton Sávio Silva de Melo

*Universidade de Pernambuco-UPE
Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora das Graças – FENSG
Curso de Licenciatura em Ciências Sociais
Prefeitura do Recife
E-mail: saviocigzap@hotmail.com*

Resumo: O texto tem por objetivo refletir sobre a educação integral proposta pelo Programa Mais Educação, por meio de uma pesquisa bibliográfica em documentos oficiais disponibilizados pelo Ministério da Educação. A escrita e pesquisa se deram por meio de inquietações sobre como surgiu o programa, quais são os aparatos legais que norteiam o programa e como ocorreu à implementação na Prefeitura do Recife, uma das pioneiras do Programa Mais Educação. Durante a reflexão sobre a temática surgiram necessidades de trabalho com duas questões que estão atreladas a concepção de integralidade dentro da educação: o multiculturalismo e a discussão no Projeto Político Pedagógico do estudante como indivíduo biopsicossocial presente na escola. Assim, como considerações é verificável a responsabilidade de educar é entendida como um compartilhar de todos. Também, proposta da educação integral e a ampliação de jornada escolar tornam-se cada vez mais importante com a finalidade de diminuir as diferenças do nível educacional, preparando para uma ação plena de cidadania em todas as participações sociais.

Palavras-chave: Currículo, Educação Integral, Programa Mais Educação, Vivências.

Introdução

A educação integral no Brasil se dá de diversas formas enquanto iniciativa do poder público quer por meio de uma imposição de ampliação de jornada no turno regular, quer por programas e projetos. No ano de 2008, ocorreu o início do Programa Mais Educação por iniciativa do Governo Federal junto a municípios e estados.

O Programa Mais Educação figurou como um programa piloto para implantação de educação integral nas escolas públicas por meio de atividades diversas. A Prefeitura do Recife-PE, por meio da Secretaria de Educação, foi uma das pioneiras na implementação desse Programa em algumas escolas, tendo como referência para a implementação o baixo índice de IDEB.

Esse programa causou alguns impactos nessas escolas, tanto no aspecto físico, quanto no de pessoal e atividades. Nesse momento, surge a necessidade de uma discussão mais acirrada sobre o que é denominado como educação integral.

Nessas discussões e nesse contexto de início do Programa Mais Educação, somos instigados a realizarmos algumas reflexões sobre a implementação do programa e como ocorreu nas escolas e na Secretaria de Educação com relação a acompanhamento do programa e coordenação. E, como esses conceitos e atividades estavam sendo desenvolvidos na prática.

Assim, surge uma possibilidade de discutir a educação integral a partir de um programa situado na implementação inicial em uma prefeitura, entre os anos de 2008 e 2009. Discussão embasada em um referencial teórico que abrange esses conceitos de escola integral e de educação integral no âmbito da realidade de escolas públicas municipais.

O texto tem como objetivo refletir sobre o processo de implementação do Programa Mais Educação, tendo como campo de pesquisa os documentos legais e a experiência do início na Prefeitura do Recife como possibilidade de uma educação integral. Nesse sentido, outros objetivos específicos auxiliaram para atingir, foram: coletar informações sobre o Programa Mais Educação em documentos e na Prefeitura do Recife-PE; identificar como ocorreu à implementação do Programa Mais Educação no período de 2008 e 2009; descrever as ações do Programa Mais entrelaçados no Projeto político pedagógico e nos princípios do multiculturalismo.

Para se chegar ao tema de educação integral por meio de um programa federal, o Programa Mais Educação, algumas questões foram norteadoras, tais como: como surgiu o programa? Quais são os aparatos legais que norteiam o programa? Ocorreu diálogo com o Projeto Político Pedagógico no momento do início nas escolas? Há diálogo entre o programa e os pensamentos multiculturais que estão presentes nas discussões de educação integral? Como ocorreu a implementação na Prefeitura do Recife, uma das pioneiras do Programa Mais Educação?

O texto não dará conta de todas as perguntas, mas, certamente, serve para provocar, além dessas, mais algumas perguntas. Pensar em construção de texto científico é pensar em possibilidades de interpretações e questionamentos sobre assuntos vários que advém de uma abordagem temática.

Metodologia

A pesquisa segundo a natureza dos dados será **qualitativa**, pois “[...] *procura reduzir a distância entre teoria e dados, entre contexto e ação*” (TEIXEIRA, 2007 p. 136). Mesmo compreendendo a importância de uma pesquisa quantitativa, a opção foi pela qualitativa, tanto pelo tempo disponibilizado para obtenção dos dados, quanto pela dificuldade em entrar em contato com os representantes da Secretaria de Educação da Prefeitura do Recife-PE, responsáveis pelo Programa Mais Educação, dispostos a cederem o seu tempo para disponibilizar documentos e se permitirem ser pesquisados.

Outra questão, levada em consideração foi à mudança das pessoas responsáveis pela implementação do Programa Mais Educação na Prefeitura do Recife que, por questões

diversas, não se encontram mais na coordenação, responsáveis pela condução e direcionamento. Foi possível o contato com essas pessoas pelo estabelecimento de relações de amizade e por indicações de alguns profissionais que as conheciam.

A pesquisa de cunho bibliográfico é compreendida como predominantemente realizada por meio de consulta a documentos e publicações, facilitando uma análise da implantação e o processo de tentativa em fazer educação integral no município por meio das atividades disponibilizadas pelo Programa Mais Educação. Durante a pesquisa ocorrem pesquisas em sites oficiais do Ministério da Educação, em livros e artigos. Esse material foi a base do pensamento exposto no texto.

Resultados e Discussão

Em 24 de abril de 2007 foi instituído o Programa Mais Educação, como parte constitutiva do PDE, por meio da Portaria Interministerial de número 17. Este programa objetivou a implementação de uma política pública voltada à educação integral, onde escolas com baixo rendimento refletido no IDEB ou com suas estruturas físicas situadas em locais sócio excluídos considerados de risco pudessem dialogar com as comunidades nas quais estão inseridas. E, assim, ampliar a jornada escolar, seguindo as determinações de “contemplar a ampliação do tempo e do espaço educativo de suas redes e escolas, pautada pela noção de formação integral e emancipadora” (art. 6º inciso I). O Programa Mais Educação, do Ministério da Educação é um procedimento dentre os muitos para a promoção da educação integral em todo o Brasil.

Essa ampliação de tempo do aluno por meio de atividades socioeducativas no horário do contra turno, abrangem ações e saberes de cunho pedagógicos, tecnológicos, esportivos, culturais e recreativos, relacionados aos currículos escolares, desenvolvidos em locais que transpassam os espaços físicos das unidades escolares. Pois, para tanto, há a favor desse empreendimento a reunião dos projetos sociais desenvolvidos pelos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social, dos Esportes, da Ciência e Tecnologia, da Cultura, da Saúde e do Meio Ambiente, ampliando, conseqüentemente, para os da Justiça, da Defesa e a Secretária da Juventude.

O Programa prioriza as escolas de menor IDEB das regiões metropolitanas e oferece a essas mesmas possibilidades de desenvolvimento de atividades. Para tanto, o MEC financia a atividade proporcionando à escola a compra de materiais, movimentando também o comércio local. Na tentativa de suprir a falta de profissionais o Ministério da Educação disponibiliza um recurso de custeio, por meio do qual, utilizando a lei do voluntariado, a escola pode mobilizar

monitores para completarem e acompanharem as atividades desenvolvidas por meio do Programa Mais Educação.

Esse programa, no entanto, consiste em uma estratégia do Ministério da Educação no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para induzir, com assistência técnica e financeira da União, a política pública de educação integral no Brasil e, dessa forma, garantir sua permanência e sustentabilidade prevendo a legalidade e a necessidade dos anseios da sociedade para uma educação pública de qualidade. E, essa expansão da jornada integral precisa ser planejada ocorrendo em regime de colaboração, e não de disputa por recursos públicos, partidarismos e matrículas.

O Programa Mais Educação (Portaria Interministerial nº 17/2007) é uma iniciativa do governo federal que tem como prioridade contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, articulando a partir do projeto escolar, diferentes ações, projetos e programas nos estados, Distrito Federal e municípios. Trata-se de um programa interministerial, do qual fazem parte os Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Ciência e Tecnologia, Esporte, Meio Ambiente, Cultura e a Secretaria Nacional da Juventude. Este Programa é conhecido também com o nome de “Escola Bairro”. No primeiro ano do Programa, em 2008, foram beneficiadas 1.378 escolas, entre essas trinta e cinco da rede pública da Prefeitura do Recife. Em 2009, 5.005 escolas, ampliando o quantitativo das escolas da Prefeitura do Recife para cento e vinte e três; e, em 2010, foi atingido o número de 10.000 escolas, desse número cento e sessenta da rede municipal da Prefeitura do Recife, segundo informações encontradas no site do FNDE.

A educação integral constitui ação estratégica para garantir atenção e desenvolvimento integral às crianças, aos adolescentes e jovens, sujeitos de direitos que vivem uma contemporaneidade marcada por intensas transformações e exigência crescente de acesso ao conhecimento, nas relações sociais entre diferentes gerações e culturas, nas formas de comunicação, na maior exposição aos efeitos das mudanças em nível local, regional e internacional. Ela se dará por meio da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas que qualifiquem o processo educacional e melhorem o aprendizado dos alunos. Não se trata, portanto, da criação ou recriação da escola como instituição total, mas da implicação e da articulação dos diversos atores sociais que já atuam na garantia de direitos de nossas crianças e jovens na corresponsabilidade por sua formação integral.

As atividades a serem desenvolvidas para implementação da educação integral deverão ser coordenadas por um professor comunitário/tutor, vinculado à escola, e os custos

dessa coordenação, com aumento da carga horária de 20 para 40 horas semanais, serão a contrapartida a ser oferecida pela escola.

Esta articulação da escola com a comunidade criou uma rede de participação efetiva com outros segmentos e atores sociais, possibilitou a construção de um diálogo com a cultura que se desenvolve fora dos espaços escolares, criando uma perspectiva de *cidade educadora*. Ao implantar o projeto, a SEEL integrou a estrutura de projetos e ações desenvolvidas pela própria Secretaria, - Alfabetramento, Com-Vida, Barco Escola, entre outros - e realizou parcerias com órgãos municipais, federais e instituições, a fim de promover atividades no contra turno escolar que apresentaram IDEB baixo no ano letivo de 2007.

A pedagogia das mandalas representa a construção de instrumentos capaz de lidar com saberes oriundos de distintas experiências e expressá-los através de infinitos arranjos, ou seja, de projetos pedagógicos, onde haja diálogo entre as oficinas oferecidas pelo Programa Mais Educação e a prática diária dos professores em sala de aula, sendo as mesmas facilitadoras do processo de leiturização, letramento e ampliação das potencialidades cognitivas. Funcionando como sistemas facilitadores para que os professores possam recuperar a relação pesquisa x prática. Dessa forma, transformar as escolas em espaços onde a cultura local possa dialogar com os currículos escolares reconhecendo que as experiências educacionais se desenvolvam dentro e fora das escolas.

A educação integral no Brasil se dá de diversas formas enquanto iniciativa do poder público quer por meio de uma imposição de ampliação de jornada no turno regular, quer por programas e projetos. No ano de 2008, ocorreu o início do Programa Mais Educação por iniciativa do Governo Federal junto a municípios e estados. O Programa Mais Educação figurou como um programa piloto para implantação de educação integral nas escolas públicas por meio de atividades diversas.

A Prefeitura do Recife-PE, por meio da Secretaria de Educação, foi uma das pioneiras na implementação desse Programa em algumas escolas, tendo como referência para a implementação o baixo índice de IDEB.

Esse programa causou alguns impactos nessas escolas, tanto no aspecto físico, quanto no de pessoal e atividades. Nesse momento, surge a necessidade de uma discussão mais acirrada sobre o que é denominado como educação integral. Nessas discussões e nesse contexto de início do Programa Mais Educação, somos instigados a realizarmos algumas reflexões sobre a implementação do programa e como ocorreu nas escolas e na Secretaria de Educação com relação a acompanhamento do programa e coordenação.

E, como esses conceitos e atividades estavam sendo desenvolvidos na prática. Assim, surge uma possibilidade de discutir a educação integral a partir de um programa situado na implementação inicial em uma prefeitura, entre os anos de 2008 e 2009. Discussão embasada em um referencial teórico que abrange esses conceitos de escola integral e de educação integral no âmbito da realidade de escolas públicas municipais.

Dessa forma, para fundamentar a discussão são utilizados conceitos de alguns autores reconhecidos nesse campo de estudo sobre educação integral e sobre o Programa Mais Educação.

No texto de referência para o debate nacional de educação integral encontramos a seguinte afirmativa:

A Educação Integral exige mais do que compromissos: impõe também e principalmente projeto pedagógico, formação de seus agentes, infraestrutura e meios para sua implantação. Ela será o resultado dessas condições de partida e daquilo que for criado e construído em cada escola, em cada rede de ensino, com a participação dos educadores, educandos e das comunidades que podem e devem contribuir para ampliar os tempos e os espaços de formação de nossas crianças, adolescentes e jovens na perspectiva de que o acesso à educação pública seja complementado pelos processos de permanência e aprendizagem. (BRASIL, 2009)

Contudo, para alguns autores a ampliação da jornada escolar pode alavancar o processo de permanência do estudante na escola por meio de uma educação integral quantitativa (maior número de estudantes e ampliação de horas na escola) e qualitativa (aprendizagem real) pode ocorrer com o compromisso assumido pelos poderes públicos, escolas e sociedade civil.

Para outros autores, a extensão do horário escolar, por si só, não garante o incremento qualitativo do ensino, mas carrega essa possibilidade em potencial (CAVALIERI, 2002), ou seja, “*se a essa extensão não aderir o conceito de intensidade, capaz de se traduzir em uma conjunção qualitativa de trabalhos educativos*” (COELHO, 1997, p. 201), de nada adiantará esticar a corda do tempo: ela não redimensionará, obrigatoriamente, esse espaço.

Por escola e educação de qualidade que seja eficiente dentro das perspectivas inclusivas de sociedade por meio do conhecimento e desenvolvimento pleno dos estudantes são necessárias reflexões mais aprofundadas.

Partindo da compreensão proposta por Santos (1997) nessa temática de educação de qualidade e com diferencial, é possível compreender, segundo esse autor, que todos têm direito a igualdade, quando as indiferenças inferiorizam as pessoas e, as descaracterizam nas possibilidades do direito de serem diferentes em seus múltiplos aspectos, nos ditames sociais no quais estão inseridos. E, a educação tem um importante papel quando direcionada no

aspecto de real qualidade para realizar o diferencial na vida dos estudantes, para isso, a educação necessita ser integral em seu sentido pleno nos aspectos biopsicossociais.

É nesse contexto de embates entre o que garante os aspectos legais da Constituição do Brasil, no que se refere a educação integral e a realidade precária de muitos estabelecimentos educacionais, que a Educação Integral emerge como uma perspectiva capaz de ressignificar os tempos e os espaços dos estudantes na escola para uma educação tida como de qualidade para todos.

Após a comunicação oficial pela SEEL da inclusão, reunião com a coordenação municipal do Programa Mais Educação e estar de posse das informações concernentes ao Programa, a gestão da Escola Municipal Santa Edwiges reuniu o Conselho Escolar e toda a comunidade escolar para repassar as instruções e realizar as escolhas dos macro campos e atividades coerentes com a realidade local e os espaços disponibilizados pelos parceiros e comunidade.

Dessa forma que, para o cadastramento no plano de atendimento geral consolidado do Programa Mais Educação, foram elencados os macros campos: Acompanhamento Pedagógico, com as atividades Letramento e Matemático; Esporte e Lazer com Handebol, Futebol e Xadrez Tradicional; Cultura e Artes com Desenho; Educomunicação com Jornal Escolar.

Para cada macro campo e atividades há a disposição uma ementa, onde está disposto o que é pensado para o desenvolvimento dos mesmos e, em seguida, uma disposição sobre os kits a serem entregues ou comprados e seus respectivos valores. Além disso, é possível encontrar uma nota explanando valores a serem recebidos para despesas de pequeno vulto com contratação de serviços e aquisição de materiais de consumo.

Em anos subsequentes, segundo a necessidade e as sugestões das escolas, bem como respeitando as especificidades das regiões e contextos, o Programa Mais Educação foi mudando de formatação e assimilando novas oficinas e possibilidades de adequações de kits.

O quantitativo de estudantes selecionados foram cem, sendo cinquenta para o turno da manhã e cinquenta para o turno da tarde. Contudo, há de ser lembrado que essas escolhas se deram tendo como foco uma discussão de gestão democrática da unidade escolar em diálogo com a comunidade e os parceiros, de forma que acontecesse uma viabilidade para o desenvolvimento do Programa com os objetivos pré-estabelecidos no mesmo.

A prefeitura do Recife vem buscando atuar na direção de uma educação integral. Nesse sentido, tanto vem ampliando as ações educativas complementares, também ressignificando, a partir de 2005, com base em princípios centrados na integralidade do ser

histórico-social, étnico e estético, abrangendo as dimensões pessoal, de identidade cultural, cidadania, meio ambiente, esporte e lazer e artística.

Ou, ainda, instituindo experiência piloto de educação de tempo integral em escolas municipais, em observância à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, cujo artigo 34 determina a progressiva ampliação do período de permanência do aluno na escola.

Quanto às “Escolas de Tempo Integral”, mais recentemente, a partir de 2007, buscou-se qualificar a oferta da educação integral aos estudantes, de modo que, não correndo o risco de se restringir a um aumento de tempo escolar dos/as estudantes, para atividades extracurriculares, essa educação fosse vista como condição precípua para se organizar e desenvolver um currículo ampliado e diversificado, integrando as diversas dimensões formativas – afetiva, ética, estética, social, política e cognitiva, dentro desse currículo.

Ao invés de utilizar o tempo da carga horária ampliada apenas para reforçar a aprendizagem, a temática curricular das ETIs incorporou ao ensino dos componentes curriculares/disciplinas formais a diversidade curricular, viabilizada através da metodologia de projetos didáticos, e objetivando: A quebra da unidocência; O redimensionamento do tempo-espço escolar; Visibilidade das demandas de aprendizagem específicas de cada escola; Integração dos componentes curriculares aos projetos didáticos.

Concomitantemente, a Prefeitura do Recife/SEEL aderiu ao Programa Mais Educação, do MEC/SECAD, dentro do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007, que propõe que esse currículo ampliado e diversificado seja operacionalizado mediante o engajamento de toda a sociedade e a mobilização de espaços existentes nas comunidades. Tais espaços apresentam-se como novas opções e possibilidades de aprendizagens e inclusão social, por criarem uma rede de participação e diálogo efetivos com outros atores e equipamentos sociais, contribuindo para a articulação de locais e de políticas públicas voltadas para o atendimento de crianças, adolescentes e jovens.

Durante o período de pesquisa e escrita deste texto foi aprovado no dia 15 de maio de 2010 o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, a qual a Meta seis não pode deixar de ser citada por se tratar diretamente da educação integral, enquanto projeto de lei e decreto.

O Programa Mais Educação integra-se bem com a proposta pedagógica da Rede Municipal, ou seja, com os fundamentos da organização do ensino em ciclos de aprendizagem, posto que: considera os diferentes ritmos de aprendizagem dos/as estudantes,

busca diversificar os espaços de aprendizagem e reorganiza as maneiras de ensinar e de aprender na perspectiva do desenvolvimento integral dos/as mesmos/as.

Por sua vez, está em conformidade com o Planejamento Estratégico da SEEL (PES) 2005-2008, particularmente quanto ao eixo “Organização Eficaz do Ensino e da Aprendizagem”, cujas estratégias passaram a incorporar o Plano de Ações Articuladas – PAR, apresentado ao MEC em 2007, com vistas ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo Governo Federal para superação do quadro educacional delineado no país.

Em 2016, o Programa Mais Educação tomou outras conotações e contornos, atendendo as demandas atuais e as políticas partidárias de governos que estiveram presentes desde a sua implantação. O número de escolas foi ampliado para setenta por cento do total da Rede Municipal em inclusão no Programa Mais Educação. Contudo, parece ter ocorrido também um retrocesso na compreensão do entendimento da concepção de educação integral, focando basicamente em atividades do acompanhamento pedagógico de Português e Matemática.

Conclusões

A educação integral constitui ação estratégica para garantir atenção e desenvolvimento integral às crianças, aos adolescentes e jovens, sujeitos de direitos que vivem uma contemporaneidade marcada por intensas transformações e exigência crescente de acesso ao conhecimento, nas relações sociais entre diferentes gerações e culturas, nas formas de comunicação, na maior exposição aos efeitos das mudanças em nível local, regional e internacional.

A concepção de educação se dá por meio da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas que qualifiquem o processo educacional e melhorem o aprendizado dos estudantes. Não se trata, portanto, da criação ou recriação da escola como instituição total, mas da implicação e da articulação dos diversos atores sociais que já atuam na garantia de direitos de nossas crianças e jovens na corresponsabilidade por sua formação integral.

O Programa Mais Educação, enquanto experiência primária para a implementação de uma educação integral com ampliação de jornada escolar vem oferecendo uma experiência oportuna para pensarmos o fazer pedagógico e político das escolas públicas, sem desconsiderar os saberes locais e todos os membros da comunidade escolar.

A responsabilidade de educar é entendida como um compartilhar de todos. Nesse sentido, uma integração dos elementos: computador, objeto educativo, estudante e professor são perfeitamente possíveis na viabilização de um ensino de qualidade e contemporâneo.

Pensar educação é pensar no todo e sobre todos os aspectos e processos que compõem o conhecimento na escola acadêmica e na escola da vida.

A proposta da educação integral e a ampliação de jornada escolar tornam-se cada vez mais importante com a finalidade de diminuir as diferenças do nível educacional e de uma concepção de estudante como biopsicossocial em uma educação multicultural.

Assim, cabe aos gestores e profissionais da educação, bem como o querer político dos governantes a possibilidade de tornar exequível a garantia da progressão em zelar para que ocorra um padrão de qualidade do serviço ofertado aos estudantes e a comunidade. Dessa forma, é possível avançar na construção de uma escola que atenda a uma proposta de educação integral, mesmo que por meio de um programa, como o Programa Mais Educação, para se obter índices satisfatórios de excelência, valorizando as experiências dos estudantes no local de suas vivências e os preparando para uma ação plena de cidadania em toda sociedade.

Referências

- ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo: Papyrus, 1995.
- AQUINO, M. de A. **Prática discursiva e a construção do sentido**. Tese (doutorado em educação)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1998.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 11 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- _____. **Entre o passado e o futuro**. 6 ed., São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BAUER, M. W. & GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRAYNER, F. H. A. **Educação e Republicanismo: experimentos arendtianos para uma educação melhor**. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.
- BRESSOUX, P. As pesquisas sobre o efeito-escola e o efeito-professor. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 38, dez., p 17-88, 2003.
- CADERNOS Cenpec **Educação Integral**. Ano I, número 2, 2006.
- CADERNO **Bairro Escola Passo a Passo**. Associação Escola Aprendiz/MEC/ UNICEF/Prefeitura Belo Horizonte/ Prefeitura Nova Iguaçu, 2007.

- CANEN, A. Educação multicultural, identidade nacional e pluralidade cultural: tensões e implicações curriculares. Publicado no *Caderno de Pesquisa*, n 111, p. 135-149, dezembro, 2000 – p. 135-149.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CLIFFORD, J. *A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Ed., UERJ, 2002.
- COELHO, L. M. C. da C. & CAVALIERE, A. M. V. (Org.) **Educação Brasileira e(em) tempo integral**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- DIAS, A. A. & SOUSA JUNIOR L. de. **Políticas públicas e práticas educativas**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2005.
- EZPELETA, J. & ROCKWELL, E. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Cortez, 1986.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. 32.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002
- GADOTTI, M. **Educação Integral: inovações em processo**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. São Paulo: Ática, 1997.
- LÓPEZ, A.M.O.; JIMÉNEZ, M. Z. *A atenção à diversidade na educação de jovens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- MACBEATH, J. & MORTIMORE, P. **Improving School Effectiveness**. Buckingham: Open University Press, 2001.
- MASCARENHAS, A.O. *Gestão estratégica de pessoas: evolução, teoria e crítica*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- MAURICIO, L. V. Educação Integral e tempo integral. **Em Aberto**. Brasília: INEP, vol. 21, nº 80, 2009.
- MEC. **Rede de Saberes Mais Educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2009.
- MEC. **Educação Integral/educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira – Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil**. Brasília: MEC, 2009.
- MEC/SECAD. **Programa Mais Educação: gestão intersetorial no território**. Brasília: MEC/SECAD, 2009.

MEC/SECAD. **Educação integral: texto referência para o debate nacional.** Brasília: MEC/SECAD, 2009.

MOLL, J. **Histórias de vida, histórias de escola: elementos para uma pedagogia da cidade.** Petrópolis: Vozes, 2000.

MOREIRA, A. F. B. A recente produção científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995-2000): avanços, desafios e tensões. *Revista Brasileira de Educação*, Set/Out/Nov/Dez, nº 18, 2001, p. 65-81.

SANTOS JUNIOR, O. A. dos. **Democracia e governo local: dilemas e reforma municipal no Brasil.** Rio de Janeiro: Fase, 2001.

TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

TORO, J. B. **A construção do Público: cidadania, democracia e participação.** Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

UNICEF/MEC/INEP/UNDIME. **Pesquisa Redes de Aprendizagem – boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender** (disponível no site UNICEF), 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.* São Paulo: Cortez, 2000.